

PINGA-FOGO

■ **GOVERNADOR COUTO TEM QUE ENVIAR LDO ATÉ O DIA 15 DE ABRIL PARA ALERJ** - Os deputados estaduais do Rio de Janeiro estão esperando nesta quarta, 15 de abril, a primeira mensagem do governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, para a Assembleia Legislativa.

■ O prazo para o Poder Executivo estadual enviar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Poder Legislativo é até 15 de abril de cada ano. Este prazo é definido pelo ADCT da Constituição Federal (art. 35, § 2º, II) e serve para guiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), com devolução prevista para julho. Os governos estaduais costumam enviar antes, porém, com a situação do Rio, o prazo constitucional deverá ser cumprido no último dia.

■ Os deputados estão curiosos para saber quais as determinações do governador interino para o estado do Rio e quais as rubricas que serão cortadas ou ampliadas e as fontes de receita.

■ É um passo importante para a redação final da LOA e norteará os rumos do governo no próximo ano. A Assembleia Legislativa é soberana. Pode sugerir cortes, modificar propostas e, no caso de veto pelo Executivo, ele pode ser derrubado pelo poder Legislativo. Tudo é feito na base de articulação e diálogo entre os dois poderes.

■ Nesta quarta, 15, os parlamentares irão conhecer finalmente, e em detalhes, o que pensa e quais são as diretrizes do atual chefe do poder Executivo do Estado do Rio.

■ **100% DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA O RIOPREVIDÊNCIA** - Um detalhe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LOA tem preocupado os parlamentares estaduais. Em 2027, será o primeiro ano no qual os recursos dos royalties do Petróleo serão destinados 100% para o Rioprevidência, não podendo ser usado para pagar dívidas.

■ **O orçamento do governo do Rio terá de pagar, em 2027, R\$ 7 bilhões de vidas e mais R\$ 2 bilhões do Fundo de Equalização. Isso sem os recursos dos royalties.**

■ **ATACOU OS COLEGAS DA ALERJ E AGORA VAI PEDIR VOTOS?** - Só pode ser muita "cara de pau" a atitude do deputado do PDT do Rio, Vitor Júnior, de tentar agora concorrer à eleição de presidente da Assembleia Legislativa do Rio, depois de ter entrado na justiça estadual para travar a eleição anterior e ter usado as redes sociais para falar cobras e lagartos dos seus pares, para quem agora vai pedir voto.

■ **Vitor Júnior é empresário natural de Campos dos Goytacazes, no Norte fluminense, e deputado estadual eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) com 43.958 votos. Foi vereador da cidade de Niterói pelo PT em 2008 e é o homem de confiança do prefeito Rodrigo Neves para todos e qualquer tipo de negócios.**

■ Depois de ter contrariado 46 deputados estaduais, travando as eleições para presidente, ele foi declarado inimigo da grande maioria da casa, que resolveu investigar



Fotos Rosane Naylor



O presidente do TJRJ desembargador Ricardo Couto com o empossado João Guilherme Chaves Rosas e os padrinhos João Ziraldo, Marcos André Chut e José Roberto Compasso



O desembargador Ricardo Couto com o empossado desembargador Guilherme Pedrosa e seus padrinhos os desembargadores Claudió de Mello Serra, Luiz Umpierre de Melo Serra e Luiz Eduardo Canabarro



As juízas Isabela Lobão e Ana Beatriz Estrella com a desembargadora Maria Paula Galhardo

TJ RJ ganha dois novos desembargadores

O Tribunal de Justiça do Rio empossou dois novos desembargadores em sessão solene nesta segunda-feira dia (13-4). Tomaram posse os novos desembargadores João Guilherme Chaves Rosas Filho e Guilherme Pedrosa Lopes.

O presidente do TJRJ e governador em exercício desembargador Ricardo Couto de Castro conduziu a cerimônia e o desembargador Antônio Carlos Nascimento Amado discursou em nome do Tribunal.



O presidente do TJRJ e governador em exercício desembargador Ricardo Couto com os empossados desembargadores Guilherme Pedrosa e João Guilherme Chaves Rosas



Os desembargadores Fernando Chagas, Maria Angélica Guimarães Guerra, João Guilherme Chaves Rosas e Cláudio Brandão



A desembargadora Fernanda Xavier de Brito com o desembargador Luiz Zveiter e o presidente do TJRJ desembargador Ricardo Couto



Os desembargadores Claudio de Mello Tavares, Guilherme Pedrosa e Luiz Umpierre Mello Serra com a juíza Eunice Haddad



Durante a cerimônia, o ministro Edson Fachin com a desembargadora Adriana Ramos de Melo

Fachin no Rio para agenda com Judiciário fluminense

O Rio reuniu, na última semana, nomes de peso do Judiciário para a agenda do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário (ODH): o ministro Edson Fachin, presidente do STF e do CNJ; o desembargador Ricardo Couto de Castro, presidente do TJRJ e governador em exercício; o presidente do TRF2, desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho; e o corregedor-geral de Justiça, Cláudio Brandão.



A desembargadora Helda Meireles com o ministro Edson Fachin

a fundo o passado do rapaz e até negócios imobiliários, como uma fazenda que comprou e devolveu. Ele já recebeu um recado duro de um colega muito sincero: a Alerj não é a Câmara de Vereadores de Niterói.

■ **COTAÇÃO EM ALTA E DESAGRAVO** - Não será surpresa para a coluna se o Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Willeman, for convidado para um cargo no primeiro escalão pelo Governador Ri-

cardo Couto. Além de ser Procurador, atua como professor de Direito. Ganhou destaque público ao ocupar o cargo de vice-presidente jurídico do Flamengo durante a gestão de Eduardo Bandeira de Mello. É marido da conselheira do TCE-RJ, Marianna Montebello Willeman. Ele integrou a lista sêxtupla da OAB/RJ para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) em dezembro de 2024. A sua nomeação para o governo, pro-

velmente para Casa Civil, deve servir como desagravo, já que parte do TJ-RJ torcia pela escolha do seu nome para o quinto constitucional.

■ **ESQUECERAM DE MIM? PREFEITURA DO RIO ESQUECE DE COBRAR ALUGUEL DE POSTO DE COMBUSTÍVEL** - Mais uma pauta que deve interessar o Ministério Público Estadual. O único posto de combustíveis instalado às margens da Linha Amarela opera sobre terreno da Prefeitura

do Rio — e há dez meses deixou de pagar o aluguel ao município. A Prefeitura, por sua vez, não emitiu notificação, não abriu processo, não tomou medida alguma. Curioso privilégio. Qualquer cidadão que deixasse de honrar um contrato com o município já conheceria, a esta altura, o peso das cobranças administrativas. Aparentemente, esse peso tem distribuição seletiva. Fica a pergunta — singular —, mas necessária: qual o motivo de tamanho silêncio? O poder público bancando, de graça, um negócio privado?

Fotos CM